



PROJETO DE LEI n. 289/2023

AUTORIA: DEPUTADO ROBERTO CIDADE

RELATOR: DEPUTADO CARLINHOS BESSA

Dispõe sobre diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação às mudanças climáticas, no Estado do Amazonas.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Deputado Roberto Cidade, que “Dispõe sobre diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação às mudanças climáticas, no Estado do Amazonas”.

A justificativa do referido projeto encontra-se anexa. O presente projeto não recebeu emendas.

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no art. 27, inc. I, alínea “a” c /c art. 127, §1º, inc. III do Regimento Interno.

Passo a emitir parecer, na tentativa de criar juízo de valor, conclamando os nobres pares desta Comissão e ao douto Plenário deste Poder, para acompanhar o parecer deste relator. É o breve relatório. Passo a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A proposta do eminente Deputado Roberto Cidade visa estabelecer um plano, integrado entre órgãos estaduais e municipais, que possa prever e mitigar os efeitos das mudanças climáticas no Estado do Amazonas é de grande importância para executar as políticas públicas de enfrentamento aos desastres naturais e mudanças no clima da região amazônica.

Procedendo, então, a devida análise da constitucionalidade e da juridicidade, a presente propositura se encontra devidamente ancorada na competência legislativa





GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)

atribuída aos parlamentares estaduais, nos ditames da Constituição Federal e da Constituição amazonense.

Quanto à competência para legislar sobre esta matéria, dispõe o art. 23, VI da CF/88 que é competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas. Além disso, o art. 24, inciso IV da mesma Carta estabelece ser de competência concorrente legislar sobre conservação da natureza, proteção ao meio ambiente e controle da poluição, cabendo à União estabelecer normas gerais para fins de padronização, e aos Estados e ao Distrito Federal suplementar a legislação federal, consideradas as peculiaridades regionais.

Logo, em se tratando de competência concorrente, a primazia para a elaboração das normas gerais foi atribuída à União, que legisla no interesse nacional, estabelecendo diretrizes que devem ser observadas pelos demais entes federados.

Corroborando nesse sentido, a Constituição do Amazonas dispõe que:

Art. 17. Respeitadas as normas de cooperação fixadas em lei complementar federal, é da competência do Estado, em atuação comum com a União e os Municípios:

(...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

Art. 18. Compete ao Estado, respeitadas as normas gerais estabelecidas em lei federal, legislar concorrentemente com a União sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Sabe-se, ainda, que se a União não tiver editado as normas gerais sobre o assunto, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades. Todavia, se a União vier a editar posteriormente as normas gerais, a lei estadual terá sua eficácia suspensa naquilo que for contrário à legislação federal.

Em matéria legislativa concorrente, vale a regra da predominância do interesse.





GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)

A regulação de aspectos gerais se situa no âmbito da competência da União, considerando o interesse na uniformidade de tratamento da matéria no território nacional, o que representa impedimento aos Estados-Membros para dissentirem ou mesmo criarem temática de caráter geral.

Por essa razão, sugiro emenda modificativa para retirar o caráter de norma geral da presente propositura, de forma que trate tão somente de normas de interesse estadual, evitando, assim, que venha a ter seus efeitos sobrestados em caso de eventual superveniência de lei federal que aborde o tema, naquilo que contrariar norma nacional, seguindo o comando do já mencionado art. 24, §4º da CF/88:

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Para o ilustre Roque Antônio Carraza, “normas gerais são justamente as que valem para todas as pessoas políticas, aí incluídas a própria União. Nunca normas peculiares, que só valham para os Estados, os Municípios ou o Distrito Federal.”.

Ademais, o artigo 225, caput, da CF/88 atribui ao Poder Público e a toda sociedade o dever de defender um meio ambiente ecologicamente equilibrado:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

(...)

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

O direito ao meio ambiente equilibrado é indisponível, inalienável e impõe ao Estado e à coletividade obrigações de fazer e não fazer. Com base nessa premissa, a





GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)

propositura tem como objetivo dispor as diretrizes para a elaboração de planos de adaptação às mudanças climáticas.

Desta feita, como o Projeto de Lei em destaque está de acordo com as normas constitucionais, cumpre esta Comissão de Constituição e Justiça reconhecer pela constitucionalidade do projeto de lei.

Contudo, para melhor adequação do projeto de lei, com arrimo nos artigos 26, I, 110, IV e 127, II, apresento emenda modificativa a Ementa e ao Art. 1º, caput, que estão redigidos da seguinte maneira:

Ementa: “Dispõe sobre diretrizes **gerais** para a elaboração de planos de adaptação às mudanças climáticas, no Estado do Amazonas”.

“Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes **gerais** para a elaboração dos planos de adaptação às mudanças climáticas no Estado do Amazonas, com o objetivo de implementar iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico diante dos efeitos do período de chuvas, cheia e vazante dos rios amazônicos.”

EMENDA MODIFICATIVA

Alteração da Ementa e do caput do artigo 1º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Ementa: “Dispõe sobre diretrizes para a elaboração de planos de adaptação às mudanças climáticas, no Estado do Amazonas”.

“Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes para a elaboração dos planos de adaptação às mudanças climáticas no Estado do Amazonas, com o objetivo de implementar iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico diante dos efeitos do período de chuvas, cheia e vazante dos rios amazônicos.”

A emenda modificativa se dá em razão da observância ao mandamento previsto nos §§1º ao 4º do art. 24 da CF/88, de modo a preservar a legislação estadual em caso de eventual superveniência de lei federal sobre a mesma temática.





GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)

III – VOTO

Diante do exposto, considerando que o presente projeto atende os requisitos formais exigidos pela ordem constitucional, MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL ao prosseguimento do Projeto de Lei nº 289/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade, conclamando aos nobres pares desta Comissão e ao Plenário desta Casa idêntico voto, na forma da emenda modificativa. É o parecer.

S.R. Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 18 de abril de 2023.

DEPUTADO CARLINHOS BESSA

Relator





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

CARLOS EDUARDO BESSA DE SA - DEPUTADO(A) - EM 18/04/2023 12:28:37

